

ATA DA 009ª SESSÃO ORDINÁRIA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2026
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Alex Brasil - Altair Silva - Ana Campagnolo - Camilo Martins - Carlos Humberto - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Krelling - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jessé Lopes - Julio Garcia - Junior Cardoso - Lucas Neves - Luciane Carminatti - Marcius Machado - Marcos Vieira - Mário Motta - Marquito - Matheus Cadorin - Maurício Eskudlark - Maurício Peixer - Mauro De Nadal - Napoleão Bernardes - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Pepê Collaço - Sargento Lima - Sérgio Guimarães - Sergio Motta.

PRESIDÊNCIA - Deputado Julio Garcia
Deputado Fernando Krelling
Deputado Padre Pedro Baldissera

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Esta Presidência no uso da sua prerrogativa dá a ata da última sessão por lida e aprovada. Informa que o expediente foi disponibilizado eletronicamente aos parlamentares.

Breves Comunicações

DEPUTADO MÁRIO MOTTA (Orador) - Informou que subiu à tribuna para apresentar resultado de trabalho técnico realizado pelo setor de fiscalização de seu gabinete, voltado ao acompanhamento da correta aplicação dos recursos públicos.

Relatou que a apuração teve origem em questionamento sobre a existência de contratos vigentes de desinsetização nas escolas estaduais, especialmente diante do aumento dos casos de dengue no início do ano letivo de 2024,

constatando que a regularização ocorreu apenas em 2025, após cobranças formais.

Mencionou que foram analisados 36 procedimentos licitatórios, totalizando cerca de dez mil páginas, identificando aumento expressivo nos valores contratados entre 2019 e 2021 para serviços de desinsetização, desratização e descupinização, com casos em que os valores chegaram a ser até 90 vezes superiores aos anteriormente praticados. Destacou discrepâncias relevantes entre regionais, inclusive situações em que, para metragem idêntica, houve diferenças milionárias entre lotes, além de variações significativas de valores praticados por uma mesma empresa em diferentes regionais.

Apontou que a administração possuía como referência os contratos de 2019, mas que tais parâmetros não teriam sido adotados como base predominante. Mencionou sobre a utilização da tabela SINAPI, usualmente voltada a serviços de engenharia, para precificação de controle de pragas. Registrou que parte das empresas vencedoras dos certames de 2021 foi posteriormente penalizada por decisão judicial em razão de fraudes em licitações em diversos municípios, indicando risco concreto de eventual prejuízo ao Estado.

Informou que o material foi protocolado e encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, com validação do Ministério Público de Contas, bem como que o tema tramita na 27ª Promotoria da Capital, com diligências instauradas. Afirmou que a fiscalização constitui dever constitucional do Parlamento, não se tratando de ataque a governos, mas de instrumento para assegurar a correção de eventuais irregularidades, caso confirmadas. *[Taquiografia: Jênifer]*

DEPUTADA PAULINHA (Oradora) - Relatou sobre a violência contra a mulher em Santa Catarina, destacando a recente ocorrência de mais um feminicídio amplamente divulgado pela imprensa. Manifestou indignação diante da manutenção de

índices elevados de feminicídio no Estado e ressaltou que a estatística anual permanece superior a 50 vítimas e defendendo a necessidade de transformar a indignação em ações concretas.

Defendeu a criação de um protocolo estadual integrado para proteção da mulher, a ser aplicado desde o momento do requerimento da medida protetiva, com articulação entre Ministério Público, Poder Judiciário, Polícia Militar, Polícia Civil e rede de assistência social. Mencionou caso recente em que agressor, após obter alvará de soltura, assassinou a vítima, evidenciando falhas de comunicação institucional.

Sustentou que a proteção deve incluir medidas como monitoramento eletrônico do agressor, avaliação de risco efetiva, ampliação de casas de abrigo e fortalecimento de estruturas como Delegacias de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso (DPCAMIs), Salas Lilás e Rede Catarina, reconhecendo limitações estruturais, mas defendendo ampliação dos investimentos.

Afirmou que a violência contra a mulher não deve ser tratada apenas como questão de segurança pública, mas como um problema social e cultural, relacionado à formação familiar e educacional. Defendeu a implementação de programas contínuos de educação desde o ensino fundamental até o ensino médio, a fim de enfrentar padrões culturais que perpetuam a desigualdade de gênero. Destacou a importância de políticas voltadas também aos agressores e mencionou projeto de lei sobre grupos reflexivos como instrumento de reeducação e prevenção da reincidência, sem prejuízo da aplicação rigorosa da lei penal.

Criticou a superficialidade em decisões de soltura de condenados por crimes graves e defendeu a necessidade de revisão de dispositivos do Código Penal, enfatizando que o sistema prisional deve responsabilizar e recuperar, mas com critérios rigorosos para concessão de benefícios.

Sustentou ainda que o Estado precisa reconhecer a existência de traços estruturais de machismo na sociedade e superar a polarização ideológica na abordagem do tema, uma vez que a

violência atinge mulheres de todas as classes e posições políticas. Informou o protocolo de um projeto de lei estabelecendo itens integrados de proteção à mulher, bem como o projeto "Alô Gestante", voltado ao enfrentamento da violência obstétrica e à melhoria do atendimento nas maternidades.

Apelou para que o Parlamento trate o tema com prioridade, acima de disputas ideológicas e alertou que a próxima vítima pode estar mais próxima do que se imagina. *[Taquiografia: Jênifer]*

DEPUTADO JUNIOR CARDOSO (Orador) - Convocou o povo catarinense a irem às ruas no próximo dia 1º de março para participarem do ato que vai ocorrer nacionalmente intitulado "Acorda Brasil", disse que não é um movimento qualquer, é um chamado cívico que vai ecoar pelas ruas de todo o Brasil. Afirmou que vai ser a voz dos brasileiros em busca de um país melhor, um combate à corrupção, um lamento pela falta de verdade e justiça para o povo. Diz que vai participar ativamente do movimento, porque é um chamado, é a voz de quem trabalha, de quem paga impostos e não aceita mais impunidade. Destacou que a política precisa ter clareza, responsabilidade e compromisso com a população, que está vivendo um momento de inquietação social. Mencionou que a corrupção não atinge somente os cofres públicos, ela desanima a confiança do cidadão de bem. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) - Enfatizou que, além das pautas em defesa da mulher, também se posiciona na defesa da verdade, sustentando que determinadas decisões legislativas e políticas na área penal decorrem de posicionamentos ideológicos.

Sustentou que propostas como a castração química de estupradores, a restrição à progressão de regime para condenados por crimes sexuais e a internação compulsória de dependentes químicos teriam sido rejeitadas por setores da esquerda, o que, segundo argumentou, contribui para a

reincidência criminal. Defendeu maior rigor na aplicação das penas e a permanência de criminosos perigosos afastados do convívio social como medida prioritária de proteção da sociedade.

Apontou que o Brasil ocupa posição preocupante no Índice de Percepção de Corrupção e relacionou a corrupção à sensação de impunidade, afirmando que a falta de responsabilização efetiva incentiva a criminalidade. Criticou práticas que classificou como concessão de vantagens políticas em troca de apoio, argumentando que tais condutas fragilizam a confiança nas instituições.

Concluiu defendendo a revisão legislativa, a firmeza institucional e a aplicação rigorosa da lei como meios de enfrentar a criminalidade e assegurar a segurança da população. *[Taquigrafia: Milyane]*

Partidos Políticos

Partido: PL

DEPUTADO MARCIUS MACHADO (Orador) - Afirmou, como líder partidário, que considerou deselegante a manifestação do Deputado Marquito durante a votação de veto relacionado à lei da compostagem, especialmente ao questionar o compromisso da Bancada do Partido Liberal com o povo catarinense.

Esclareceu que os deputados do PL votaram favoravelmente ao mérito do projeto em dezembro, mas posteriormente acompanharam o veto governamental por entenderem haver vício de inconstitucionalidade e excessiva imposição de responsabilidades, sustentando que tal posicionamento se deu por respeito à legalidade.

Contestou as críticas dirigidas à bancada, afirmando que o Partido Liberal mantém compromisso com a população catarinense e citou, como exemplo, a proposta que prevê multa para uso de maconha em vias públicas, destacando que o Deputado Marquito teria votado contrariamente à medida. Mencionou ainda projeto de sua autoria que proíbe a tração animal em vias urbanas, relatando que teria sido apresentada emenda que, segundo declarou, poderia

atingir práticas tradicionais como o tiro de laço, tendo a referida emenda sido posteriormente rejeitada.

Por fim, manifestou repúdio às declarações que, em seu entendimento, buscaram desqualificar a Bancada do PL, reiterando que os parlamentares exercem seus votos com dignidade e compromisso com o Estado de Santa Catarina.

Deputado Sargento Lima (Aparteante) - Corroborar a fala do Deputado Marcio Machado e reafirmar o pedido de respeito à Bancada do PL.
[Taquiografia: Milyane]

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, suspende a sessão até às 16h.

Está suspensa a sessão.

(Pausa)

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Reabre a sessão e passa à Ordem do Dia.

Ordem do Dia

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Dá início à pauta da Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único da Admissibilidade da Medida Provisória n. 0268/2025, que altera o art. 7º da Lei nº 19.395, de 2025, que dispõe sobre a concessão de isenção e redução de base de cálculo do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) nas saídas dos insumos agropecuários que especifica e estabelece outras providências.

Conta com parecer da Comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0043/2026, de autoria do Deputado Marcos Vieira, que concede o título de Cidadão Catarinense a Avelino Menegolla.

Conta com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Votação das redações finais dos Projetos de Lei números: 0273/2024, 0037/2025, 0496/2025, 0575/2025 e 0607/2025.

Não há emendas às redações finais.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0014/2022, de autoria da Bancada Feminina, que estabelece princípios e diretrizes para criação de programas reflexivos e de responsabilização para autores de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Retirado de Pauta por ter sido protocolada uma emenda em Plenário, de modo que a matéria volta para as Comissões.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0329/2024, de autoria do Deputado Marcius Machado, que altera a Lei nº 12.854, de 2003, que "Institui o Código Estadual de Proteção dos Animais", para o fim de proibir a caça e o abate de animais silvestres de qualquer espécie e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0443/2024, de autoria do Deputado Alex Brasil, que dispõe sobre a criação do Cadastro Estadual de Homicidas de Agentes de Segurança Pública e dá outras providências.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. Deputado Alex Brasil.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0013/2026, de autoria da Deputada Paulinha, solicita ao Presidente da CELESC informações acerca do planejamento e protocolos envolvendo a concessionária, bem como sobre ocorrências e ações na região da Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0014/2026, de autoria do Deputado José Milton Scheffer, solicitando ao Secretário de Estado da Agricultura e Pecuária, informações acerca da revisão do Plano de Carreira, Cargos e Salários na CIDASC.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0015/2026, de autoria do Deputado Lunelli, solicita ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Mobilidade informações acerca da situação atual das obras de melhoria e revitalização da SC-283 no trecho da Rodovia SC-283 que liga os Municípios de Mondaí e Caibi, na região do Extremo-Oeste de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0016/2026, de autoria do Deputado José Milton Scheffer, solicita ao Secretário de Estado da Agricultura e Pecuária informações acerca do referente concurso público da Pasta.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0017/2026, de autoria do Deputado Nilso Berlanda, solicita ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Mobilidade informações acerca da Rodovia SC-108, no entroncamento de acesso ao Distrito de Claraíba até Rodovia SC-410, no Município de São João Batista.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0018/2026, de autoria do Deputado José Milton Scheffer, solicitando ao Secretário de Estado da Agricultura e Pecuária informações acerca das ações direcionadas à revisão do Plano de Carreira, Cargos e Salários da EPAGRI.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0019/2026, de autoria do Deputado Alex Brasil, solicitando ao Secretário

de Estado da Casa Civil, informações acerca do cumprimento de decisão judicial que reconheceu o direito à reintegração da servidora Fabiane Cristina Matte.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0035/2026, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, manifestando apoio a aprovação do Projeto de Lei n° 5.143/2025 que "Altera a Lei n° 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para conceder isenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física aos professores da educação básica ou no ensino superior com remuneração mensal de até R\$ 10.000,00".

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0047/2026, de autoria do Deputado Carlos Humberto, manifestando ao Diretor-geral da ANTT e ao Diretor-superintendente da Arteris Litoral Sul, apelo para a instalação e reforço de grades de proteção, melhoria da iluminação e revitalização estrutural da passarela localizada no quilômetro 144 da Rodovia BR-101, no Município de Itapema.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Neste momento, o sr. Presidente concede a palavra, pela ordem, ao Deputado Ivan Naatz.

DEPUTADO IVAN NAATZ - Solicitou ao Presidente, Deputado Julio Garcia, que seja feita comunicação nas inserções das redes sociais da Casa Legislativa uma campanha para combater o "falso

advogado”, ressaltando que os órgãos públicos precisam ajudar os catarinenses em relação a essa questão.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - “A Presidência recebe a sugestão do Deputado Ivan Naatz”.

A seguir, dá continuidade à pauta da Ordem do Dia.

Moção n. 0048/2026, de autoria do Deputado Marcius Machado, manifestando ao Superintendente Regional de Patrimônio da União no Estado, apelo pela reforma e pintura do Farol de Santa Marta.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0049/2026, de autoria do Deputado Nilso Berlanda, manifestando ao Diretor-Geral do DNIT, apelo pela adoção de melhorias urgentes em diversos trechos da Rodovia BR-101.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0050/2026, de autoria do Deputado Lunelli, manifestando ao Superintendente Regional DNIT no Estado, apelo pela realização de obras que permitam a travessia segura, sinalização e iluminação no trecho urbano da Rodovia BR-282.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0051/2026, de autoria do Deputado Marcius Machado, manifestando ao Presidente da Câmara dos Deputados, apelo pela aprovação do PL nº 25/2024, que "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro,

para estabelecer a cassação do Documento de Habilitação do infrator que abandonar animal na rua, e dá outras providências".

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0052/2026, de autoria do Deputado Lunelli, manifestando ao Procurador-geral eleitoral, apelo pela investigação e apuração de possível uso indevido de dinheiro público na realização da edição deste ano do carnaval no Estado do Rio de Janeiro.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0053/2026, de autoria do Deputado Sargento Lima, manifestando aos Ministros do Supremo Tribunal Federal, contrariedade à negação da aposentadoria especial dos Vigilantes.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0054/2026, de autoria do Deputado Alex Brasil, manifestando aos Policiais Militares Erick Pereira de Oliveira, Thiago Henrique Lopes e Emily Aguiar da Silva, aplauso por ato de bravura.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica, que defere o Requerimento n. 0270/2026, de autoria do Deputado Junior Cardoso, que requer a apreciação, pelo

Plenário desta Casa, do Parecer exarado no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça contrário ao PL./0752/2025, que "Dispõe sobre a proibição da prática de despacho forçado de bagagem de mão nos aeroportos do Estado de Santa Catarina, estabelece sanções aplicáveis, atribui responsabilidade de fiscalização à administração aeroportuária e dá outras providências."

A Presidência comunica, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações números: 0077/2026, 0080/2026 e 0085/2026, de autoria do Deputado Marcius Machado; 0078/2026, de autoria da Deputada Ana Campagnolo; 0079/2026, de autoria do Deputado Alex Brasil; 0081/2026, de autoria da Deputada Paulinha; 0082/2026, de autoria do Deputado Lunelli; 0083/2026, de autoria do Deputado Mário Motta; e 0084/2026, de autoria do Deputado Sargento Lima.

Esta Presidência comunica, ainda, que defere os Requerimentos números: 0251 a 0269 e 0271 a 0288. *[Taquígrafa: Sílvia]*

Esta Presidência encerra a presente sessão e convoca outra, extraordinária, às 16h25, dando sequência à pauta da Ordem do Dia.

Está encerrada a sessão. (Ata sem revisão dos oradores)

[Revisão: Taquígrafa Sílvia]